

JUCESP PROTOCOLO
2.361.916/12-5



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBENTURAS
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA
ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

celebrado entre

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.,
como Emissora

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas,

e

MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA
como Interviente Anuente

27 de dezembro de 2012



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular,

De um lado,

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 4.777, 6º andar, sala 1, Edifício Vila Lobos, Alto de Pinheiros, CEP 05477-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.391.823/0001-60, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

De outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 04, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido);

E, como interveniente anuente,

MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 4.777, 6º andar, sala 2, Edifício Vila Lobos, Alto de Pinheiros, CEP 05477-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.068.805/0001-41, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("MESA"),

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Santo Antônio Energia S.A." ("Escritura de Emissão"), conforme as cláusulas e condições descritas abaixo.

Os termos iniciados com letras maiúsculas nesta Escritura de Emissão têm o significado a eles atribuídos no **Anexo I** à Escritura de Emissão.

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

Esta Escritura de Emissão e a formalização das Garantias são celebradas com base em deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 27 de dezembro de 2012 ("AGE"), na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Oferta Restrita e das Garantias, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos



necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), nos termos desta Escritura de Emissão ("Emissão" ou "Oferta Restrita"), será realizada com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE que deliberou sobre a Emissão será devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), bem como será publicada no Jornal Empresas & Negócios - SP e no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP").

2.2. Inscrições e Registros

2.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. Em virtude da garantia fidejussória de que trata a Cláusula 4.6.2 abaixo, os Contratos de Fiança serão (i) celebrados e registrados na praça da sede da respectiva fiadora, qual seja o competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília, Distrito Federal, em relação à fiança da Eletrobras e o competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em relação à fiança da CEMIG, em até 120 (cento e vinte) dias da Data de Integralização, bem como (ii) registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de sua celebração. A Emissora entregará 1 (uma) via registrada da Fiança ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis contados da data da efetiva realização de todos os registros.

2.2.3. Os instrumentos que formalizarão as Garantias descritas nas Cláusulas 4.6.1 e 4.6.3 adiante serão celebrados e levados a registro na praça da sede da Emissora em até 120 (cento e vinte) dias da Data de Integralização, bem como e, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados de sua celebração, nas outras praças que não a da Emissora, conforme estabelecido nos Contratos de Garantia, exceto com relação aos Contratos de Fiança que seguirá o estabelecido na cláusula 2.2.2 acima.

2.3. Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.3.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de



distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

- 2.3.2. A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” em vigor desde 1º de junho de 2011.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

- 2.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

- 2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados a partir da data de subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e depois do cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Projeto de Infraestrutura Considerado como Prioritário pelo Ministério de Minas e Energia

- 2.5.1. A presente Emissão é realizada nos termos do § 1º do artigo 1º e do artigo 2º da Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”) do Decreto Presidencial n.º 7.603, de 09 de novembro de 2011 (“Decreto 7.603”), da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.947, de 27 de janeiro de 2011 (“Resolução CMN 3947”), e pela Portaria n.º 558 do Ministério de Minas e Energias, de 03 de outubro de 2012, para implementação da UHE Santo Antônio (conforme definição adiante), considerado como prioritário nos termos da do artigo 2º, inciso III do Decreto nº 7.603.

CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (“UHE Santo Antônio”) e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da referida hidrelétrica e seu sistema de transmissão associado.

3.2. Destinação dos Recursos

- 3.2.1. A totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão, após a



dedução dos descontos previstos, de comissões de distribuição e despesas estimadas a serem pagas pela Emissora, serão utilizados para viabilização e implementação de 44 (quarenta e quatro) unidades geradoras da UHE Santo Antonio, que foi considerado prioritário pelo Ministério das Minas e Energia, nos termos da Lei 12.431, do Decreto 7.603 e da Resolução CMN 3.947 ("Projeto").

- 3.2.2. A implementação do Projeto já está em curso, encontrando-se em fase de projeto e obras, sendo que seu encerramento é estimado para novembro de 2015.
- 3.2.3. A totalidade dos recursos financeiros necessários para a realização do Projeto, incluindo sua conclusão, é de aproximadamente R\$16.800.000.000,00 (dezesseis bilhões e oitocentos milhões de reais).
- 3.2.4. A Emissora estima que a presente emissão de Debêntures deve representar aproximadamente 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) das necessidades de recursos financeiros do Projeto.

3.3. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.4. Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.5. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

- 3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures a ser prestada, de forma individual e não solidária, pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), pelo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), pelo BB-Banco de Investimentos S.A. ("BB-BI"), pelo BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento ("BESI") e pela Caixa Econômica Federal ("CEF") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI, o Santander, o BB-BI e o BESI, ("Coordenadores"), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela colocação das Debêntures, conforme os termos e condições do "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, da Santo Antônio Energia S.A." ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora.
- 3.6.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Os Coordenadores poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de



investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

- 3.6.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outras, estarem cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) que as Garantias somente estarão integralmente constituídas após o decurso prazo previsto na Cláusula 4.6, bem como que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definidas na Cláusula 4.6 abaixo).
- 3.6.4. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.
- 3.6.5. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados “Investidores Qualificados” os referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) de referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição.
- 3.6.6. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.
- 3.6.7. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até 1 (um) dia útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.
- 3.6.8. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.
- 3.6.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.
- 3.6.10. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.



11.01.13

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário da presente Emissão será o Itaú-Unibanco S.A. ("Banco Mandatário"), e o agente escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A. ("Agente Escriturador"). O Banco Mandatário e o Agente Escriturador poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por meio de deliberação dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida).

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

- 4.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 4.1.2. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 4.200 (quatro mil e duzentas) Debêntures.
- 4.1.3. Forma. As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- 4.1.4. Comprovação de Titularidade e Cessão das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 4.1.5. Espécie. As Debêntures são da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória.
- 4.1.6. Conversibilidade. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 4.1.7. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será o dia 27 de dezembro de 2012 ("Data de Emissão").
- 4.1.8. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, caso não coincidentes ("Data de Integralização").
- 4.1.9. Prazo e Data de Vencimento. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo remanescente de seu Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido na Cláusula 4.2.1 abaixo), acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, e em observância ao artigo 1º da Resolução 3.947, as Debêntures terão prazo de vigência de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 27 de dezembro de 2022 ("Data de Vencimento").



11.000.000
11.000.000

4.2. Remuneração das Debêntures

A remuneração das Debêntures será composta de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios conforme disposto a seguir:

- 4.2.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na atualização das debêntures, sendo "n" um número inteiro;

dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis entre a última e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k".

O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.



Substitutiva”). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.2.1.2. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.2.1.3. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas, em deliberação realizada com o *quorum* estabelecido na Cláusula 9.5.1 adiante, ou caso a Taxa Substitutiva acarrete a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei 12.431, as Partes deverão, de comum acordo, no prazo de 10 (dez) dias da Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 4.2.1.2 acima, nomear perito independente para a determinação do novo índice oficial de atualização, o qual deverá refletir ao máximo o IPCA, e que será exclusivo e vinculante às Partes, e a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final das Debêntures, utilizando o novo índice de atualização determinado pelo perito. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo a estabelecida nesta Cláusula, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o novo índice de atualização determinado pelo perito. Caso a Taxa Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. As despesas com a contratação do perito serão de responsabilidade da Emissora.

4.2.2. Juros Remuneratórios. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento (“Juros Remuneratórios” e, em conjunto com a Atualização Monetária, “Remuneração”).

4.2.2.1. O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos juros devidos no final de cada data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left[\left(1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

taxa = 6,20 (seis inteiros e vinte centésimos), informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros das Debêntures, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.3. Carência

4.3.1. As Debêntures terão carência para pagamento de principal de 4 (quatro) anos contados a partir da Data de Emissão ("Período de Carência").

4.4. Periodicidade do Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.4.1. Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 27 dos meses de junho e dezembro, sendo o primeiro pagamento devido em 27 de junho de 2013 e o último na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma dessas datas, "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios").

4.5. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.5.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais, nos montantes e nas datas indicadas na tabela abaixo:

DATA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO ATUALIZADO A SER AMORTIZADO
27 de dezembro de 2017	5,5%
27 de dezembro de 2019	17,5%
27 de dezembro de 2020	25,0%
27 de dezembro de 2021	24,0%
27 de dezembro de 2022	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

4.6. Garantias

O pagamento das Debêntures é garantido pelo conjunto das garantias, conforme Cláusulas 4.6.1, 4.6.2 e 4.6.3 abaixo ("Garantias").

4.6.1. Garantias Reais Compartilhadas

- a) penhor sobre a totalidade das ações de emissão da Emissora detidas pela MESA, de acordo com os termos e condições expressos no Contrato de Penhor, a ser constituído também em favor do Debenturista em até 120 (cento e vinte) dias contados da Data de Integralização; e



- b) nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, a ser celebrado em até 120 (cento e vinte) dias contados da Data de Integralização, cessão fiduciária (a) pela Emissora, dos direitos emergentes da concessão de que a Emissora é titular em decorrência do Contrato de Concessão, incluindo, (i) os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia ("CCVEs"), CCEARs, consolidados em anexo do Contrato de Cessão Fiduciária, e de quaisquer outros instrumentos de comercialização de energia firmados pela Emissora, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica produzida pelo Projeto, incluindo, ainda, os direitos supervenientes de crédito decorrentes desses CCVEs, dos CCEARs e instrumentos de comercialização de energia que vierem a ser firmados pela Emissora, (ii) dos eventuais direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos Contratos de Compra e Reduções de Emissão de Carbono ("CCRECs"), inclusive a totalidade da receita e os direitos supervenientes de crédito deles decorrentes; (iii) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto, (iv) das garantias constantes dos CCEARs e dos CCVEs firmados pela Emissora; (v) do direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Emissora, em caso de extinção outorgada nos termos do Contrato de Concessão; (vi) da energia elétrica produzida pelo Projeto e o direito de gerar e vender a energia elétrica produzida pelo Projeto; (vii) direitos creditórios da Conta Centralizadora, da Conta Reserva do Serviço da Dívida 1, da Conta Reserva do Serviço da Dívida 2, da Conta Reserva de O&M, da Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 1, da Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 2, da Conta Seguradora, da Conta de Suporte SAESA e da Conta de Suporte para Insuficiência SAESA, e (v) todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão; (b) pela MESA, (i) de todos os direitos decorrentes do Contrato de Suporte e do Contrato de Suporte para Insuficiências ou, ainda, quaisquer outros direitos, recursos, valores, aportes de capital e/ou receitas que sejam decorrentes de referidos contratos, e (ii) dos direitos creditórios da conta da MESA definida no Contrato de Cessão Fiduciária (Conta de Suporte MESA); a ser constituída também em favor do Debenturista; bem como (c) cessão condicional, dos Contratos do Projeto e das respectivas garantias de execução previstas em cada um dos referidos Contratos do Projeto ("Garantias de Execução"), na medida em que permitido pela lei aplicável. Observadas as exigências da lei aplicável, a cessão dos Contratos do Projeto e das Garantias de Execução nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária somente produzirá efeitos a partir da verificação das seguintes condições, cumulativamente: (i) ocorrência de um evento de inadimplemento pela Emissora nos termos dos instrumentos de financiamento do Projeto; e (ii) recebimento pela Emissora de uma notificação enviada pelos credores cientificando-a da decisão de exercerem o direito de assumir, ou nomear terceiro para assumir, um ou mais contratos do projeto e Garantias da Execução.

- 4.6.2. Garantias Fidejussórias. As Debêntures contarão ainda com garantia fidejussória prestada, nos termos dos respectivos instrumentos particulares a serem outorgados aos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Fiança"), pela: (i) **Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras**, sociedade por ações de economia mista, constituída em conformidade com a autorização contida na Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, conforme alterada, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco "B", nº 100, Sala 203, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00001180/0001-26, obrigando-



se, na qualidade de principal pagadora das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, limitada a 39% (trinta e nove por cento) das obrigações decorrentes da Emissão, com renúncia expressa aos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil; e (ii) da **Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 5º andar, ala B1, CEP 30190-131, bairro Santo Agostinho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.155.730/0001-64, obrigando-se, na qualidade de principal pagadora das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, limitada a 10% (dez por cento) das obrigações decorrentes da Emissão, com renúncia expressa aos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil. Os Contratos de Fiança deverão ser celebrados e registrados na praça da sede da respectiva fiadora em até 120 (cento e vinte) dias contados da Data de Integralização, bem como registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de sua celebração.

4.6.3. Outras Garantias

- a) suporte de Andrade Gutierrez Participações S.A., Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia e Odebrecht Energia do Brasil S.A., na qualidade de acionistas da MESA, por meio da subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias do capital da MESA, nominativas e sem valor nominal, observadas suas respectivas participações acionárias no capital social da MESA e a consequente obrigação da MESA de aportar capital na Emissora, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias, na hipótese de não pagamento de prestação de principal e/ou acessórios dos Contratos de Financiamento e/ou desta Escritura de Emissão ou de declaração de vencimento antecipado dos Contratos de Financiamento e/ou desta Escritura de Emissão, de acordo com os termos e condições do Contrato de Suporte. O Contrato de Suporte deverá ser celebrado em até 120 (cento e vinte) dias contados da Data de Integralização; e
- b) suporte dos Acionistas por meio da subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias do capital da MESA, nominativas e sem valor nominal, observadas suas respectivas participações acionárias no capital social da MESA e a consequente obrigação da MESA de aportar capital na Emissora, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias, mediante a ocorrência de determinados eventos relacionados à insuficiência de recursos financeiros da Emissora para a execução do Projeto, de acordo com os termos e condições do Contrato de Suporte para Insuficiências. O Contrato de Suporte para Insuficiências deverá ser celebrado em até 120 (cento e vinte) dias contados da Data de Integralização.

4.6.4. Os Acionistas e, na qualidade de intervenientes anuentes, a Emissora, MESA, o Agente Fiduciário e Odebrecht S.A. celebrarão, até o dia útil imediatamente anterior à Data de Integralização, “Acordo de Acionistas e Procedimentos de Capitalização da Madeira Energia S.A. – MESA, Santo Antonio Energia S.A. e Outras Avenças” (“Acordo de Acionistas para Capitalização”), por meio do qual os Acionistas obrigar-se-ão, em caráter não solidário, na mesma data e proporcionalmente às suas respectivas participações acionárias no capital social da MESA, a subscrever e integralizar aumento de capital da MESA para que esta integralize aumento de capital



da Emissora, que será realizado por meio da emissão de novas ações ordinárias da MESA e da Emissora em montante suficiente para que esta pague qualquer valor devido pela Emissora em relação às Debêntures, nos termos desta Escritura, inclusive na ocorrência de um Evento de Inadimplemento. O Acordo de Acionistas para Capitalização entrará em vigor a partir da data de sua celebração e vigorará (i) até a data da devida constituição e registro dos Contratos de Garantia; ou (ii) até a liquidação integral das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

4.6.5. Desde que permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e da Remuneração, fica desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou qualquer anuência dos Debenturistas e/ou do Agente Fiduciário para eventual alteração dos Contratos de Financiamentos, em decorrência de eventual reescalonamento de termos ou condições previstos nos respectivos instrumentos, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES e/ou os agentes repassadores.

4.7. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, conforme datas previstas nesta Escritura de Emissão, utilizando-se (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Agente Escriurador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.8. Multa e Encargos Moratórios. Em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória, individual e não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.9. Tratamento Tributário

4.9.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º e no artigo 2º da Lei 12.431.

4.9.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária (diferente daquelas previstas na Lei 12.431), este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da primeira data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, devendo enviar a documentação complementar pertinente, caso haja alteração nesta condição.

4.9.2.1. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.9.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário e Agente Escriurador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário, pelo Agente Escriurador ou pela Emissora.



- 4.9.2.2. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.9.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora, o Banco Mandatário ou ao Agente Escriturador por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.
- 4.9.3. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Cláusula III acima, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pelo custo de todos os tributos, incidentes sobre os pagamentos, remuneração e reembolso devido aos Debenturistas, bem como pela multa, a ser paga nos termos da Lei 12.431, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão não alocado no Projeto.
- 4.10. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 4.11. Publicidade. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser comunicados na forma de aviso publicado no DOESP e no jornal Jornal Empresas & Negócios - SP, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (www.santoantonioenergia.com.br), em até 5 (cinco) dias úteis da ciência do ato a ser divulgado, devendo o prazo de manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data da publicação. Tais atos e decisões deverão ser encaminhados para o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis após a referida publicação. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações, devendo os Debenturistas verificar com a Emissora sobre a eventual alteração do jornal de publicação.
- 4.12. Liquidez e Estabilização. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.
- 4.13. Direito ao Recebimento dos Pagamentos. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 4.14. Repactuação. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.
- 4.15. Aquisição Facultativa. Após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, as Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite dos Debenturistas e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As



Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, o mesmo deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão.

- 4.16. Resgate Antecipado. As Debêntures não estarão sujeitas à oferta de resgate antecipado ou ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, seja ele total ou parcial.
- 4.17. Amortização Extraordinária. As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.
- 4.18. Prorrogação de Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Emissão até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Vencimento Antecipado

Observado o disposto nas Cláusulas 5.2 a 5.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas ou, conforme aplicável, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos desta Escritura, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão das Debêntures, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Evento de Inadimplemento"), desde que não seja sanado dentro dos prazos aplicáveis previstos nas alíneas a seguir, conforme o caso:

- a) não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento, do valor de principal de das Debêntures, da Remuneração ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas;
- b) descumprimento (i) pela Emissora e/ou pela MESA, de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, não sanado em 5 (cinco) dias úteis contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido; ou (ii) pela Emissora e/ou pela MESA, pelos acionistas da Emissora e/ou da MESA e/ou dos respectivos intervenientes garantidores, de quaisquer obrigações previstas nos Contratos de Garantia e demais documentos da Oferta Restrita, observados os prazos de cura referidos em tais instrumentos;



- c) sem prejuízo da alínea (b) acima, descumprimento de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos, inclusive os Contratos do Projeto, que implique em Impacto Adverso Relevante;
- d) término ou rescisão pela Emissora ou pela MESA de qualquer dos Contratos do Projeto sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, a não ser pelo decurso regular dos seus respectivos prazos de vigência;
- e) contratação, pela Emissora, de mútuos, direta ou indiretamente, com seus acionistas diretos e/ou indiretos, exceto se subordinados às obrigações desta Escritura de Emissão e com data de vencimento posterior às Datas de Vencimento, em relação aos quais não será necessária a anuência prévia dos Debenturistas;
- f) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de recuperação judicial e extrajudicial, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora ou da MESA;
- g) suspensão, por mais de 60 (sessenta) dias, não obtenção, cancelamento, revogação, intervenção ou extinção da concessão, autorizações, aprovações, registros e licenças, inclusive, as ambientais e as concedidas pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter pelo menos 44 (quarenta e quatro) unidades geradoras da UHE Santo Antônio;
- h) suspensão, cancelamento, rescisão ou declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial de quaisquer dos Contratos do Projeto que resulte em Impacto Adverso Relevante, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, salvo se em 30 (trinta) dias (i) a Emissora celebre contrato que substitua o contrato ou a parte do contrato que ocasionou a hipótese de vencimento antecipado mencionada nesta alínea; ou (ii) a suspensão, cancelamento, rescisão ou declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial ocorrida seja revertida judicialmente por decisão de efeito imediato;
- i) aditamento de quaisquer dos Contratos do Projeto, que cause Impacto Adverso Relevante não suportado pelo Contrato de Suporte e pelo Contrato de Suporte para Insuficiências, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo;
- j) se a Emissora deixar de manter qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, com base nas demonstrações financeiras relativas ao exercício imediatamente anterior, auditadas e publicadas, ao final de cada exercício fiscal até a Data de Vencimento ("Índices Financeiros"):
- (i) até a data da entrada em operação da 44ª turbina da UHE Santo Antônio, índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% (vinte por cento) e, após até a data da entrada em operação da 44ª turbina da UHE Santo Antônio, índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento); e



- (ii) após a entrada em operação da 44ª turbina da UHE Santo Antônio, o índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD Mínimo") de, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos). Caso as Futuras Debêntures (conforme definido adiante) sejam emitidas pela Emissora, o ICSD Mínimo passará a ser de, no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos). O ICSD Mínimo será apurado anualmente conforme metodologia de cálculo prevista no Anexo III e comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas consolidadas da Emissora;
- k) contratação pela Emissora de novos endividamentos com terceiros, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, em valor superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), individualmente ou em conjunto, excetuados os contemplados nos Contratos de Financiamento, valores estes a serem devidamente corrigidos pela fórmula paramétrica prevista no Contrato de EPC, com exceção da celebração do Contrato de Financiamento Direto Suplementar e Contrato de Repasse Suplementar, bem como ressalvado que, desde que a Emissora esteja adimplente com todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, fica desde já autorizada a emissão, pela Emissora, de debêntures destinadas a subscrição pública em valor principal de até R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) ("Futuras Debêntures"), observado, ainda, em relação às Futuras Debêntures, que (i) sua emissão somente será permitida caso haja necessidade de recursos adicionais de terceiros para fazer frente aos investimentos previstos no Quadro de Usos e Fontes; (ii) as Debêntures não devem ter previsão de remuneração vinculada à participação nos lucros da Emissora, condição que é expressamente vedada, (iii) a emissão das Futuras Debêntures pode ser precedida da emissão de notas promissórias comerciais de curto prazo com o objetivo de assegurar a continuidade da execução do Projeto, sendo certo que tais notas promissórias comerciais, se emitidas, devem ser pagas com recursos provenientes da emissão das Futuras Debêntures, e (iv) as Futuras Debêntures compartilharão as Garantias;
- l) não renovação da concessão, autorizações, aprovações, registros e licenças, inclusive, mas não se limitando, às ambientais e às concedidas pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter pelo menos 44 (quarenta e quatro) unidades geradoras da UHE Santo Antônio. Caso a Emissora comprove que efetuou o respectivo pedido de renovação nos prazos legais e não tenha havido decisão contrária do órgão competente, o evento de inadimplemento previsto neste item não será caracterizado, a não ser que ocorra a interrupção total das atividades da Emissora por determinação do órgão competente para apreciação do pedido em questão;
- m) nulidade de aspectos relevantes desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia, desde que não revertida em 30 (trinta) dias;
- n) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial de aspectos relevantes desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia, desde que não revertida em 5 (cinco) dias;
- o) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pela MESA nos documentos da Oferta Restrita;



- p) venda, cessão, transferência, permuta ou, por outra forma, disposição de ações representativas do capital social da Emissora, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, exceto se (i) de acordo com esta Escritura e os Contratos de Garantia; ou (ii) houver incorporação da Emissora pela MESA, com manutenção da composição acionária indireta da Emissora;
- q) julgamento, em caráter definitivo, mediante trânsito em julgado da respectiva decisão, de qualquer processo, arbitragem ou procedimento administrativo em face da Emissora que acarrete Impacto Adverso Relevante;
- r) redução de capital social da Emissora, independentemente de distribuição de recursos à MESA ou a seus acionistas, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, exceto se de acordo com esta Escritura de Emissão;
- s) vencimento antecipado de qualquer Contrato de Financiamento e/ou das Futuras Debêntures, observados os prazos de cura previstos nos respectivos documentos;
- t) vencimento antecipado de financiamentos em valor superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), observados os prazos de cura previstos nos respectivos documentos;
- u) protesto legítimo de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se for validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que tal erro ou má fé tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário dentro do prazo 30 (trinta) dias contados da data do respectivo evento, (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal, ou ainda (iii) foram prestadas garantias em juízo;
- v) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- w) a Emissora ceder, transferir, vender ou de qualquer outra forma alienar ativos em valor superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), individualmente, ou em séries de operações, observadas as permissões a serem previstas nos Contratos de Financiamento e nesta Escritura de Emissão, e ressalvadas as hipóteses de (i) substituição em razão de desgaste e/ou depreciação e (ii) atualização em razão de obsolescência;
- x) a Emissora efetuar outros investimentos que não os relacionados diretamente ao Projeto, ressalvados os investimentos autorizados pela Escritura de Emissão;
- y) degradação dos bens dados em garantia aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, bem como ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material tais garantias ou o cumprimento das disposições dos Contratos de Garantia;



- z) a ocorrência de um Impacto Adverso Relevante, definido como alteração material (i) nas condições econômico-financeiras da Emissora ou da MESA, que possa prejudicar suas atividades da maneira como são conduzidas atualmente, (ii) no Projeto, nos negócios, operações, propriedades ou resultados da Emissora, (iii) na validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia; ou (iv) na capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações financeiras, socioambientais ou de implantação do Projeto aqui previstas, mediante transmissão de aviso à Emissora ("Impacto Adverso Relevante");
- aa) (a) a não celebração do Contrato de Penhor, Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Suporte e/ou do Contrato de Suporte para Insuficiências e/ou o não registro dos instrumentos referidos nesta alínea "z" na praça da sede da Emissora em até 120 (cento e vinte) dias contados da Data de Integralização; e/ou (b) o não registro dos instrumentos referidos nesta alínea "z" em até 45 (quarenta e cinco) dias da data de sua respectiva celebração nas outras praças que não a da Emissora;
- bb) (a) a não celebração e registro, na praça da sede da respectiva fiadora, dos Contratos de Fiança, em até 120 (cento e vinte) dias contados da Data de Integralização; e/ou (b) o não registro dos instrumentos referidos nesta alínea "aa" em até 45 (quarenta e cinco) dias da data de sua respectiva celebração nas outras praças que não as da respectiva fiadora;
- cc) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem prévia autorização dos Debenturistas, com exceção à hipótese de incorporação da Emissora pela MESA, nos termos da alínea "p" acima;
- dd) alienação, constituição de ônus ou transferência a qualquer título, ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer tempo, de quaisquer ativos e passivos relevantes relacionados ao Projeto, para terceiro, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, com exceção de operações celebradas com os fornecedores para aquisição específica de tais bens;
- ee) a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil ou trabalho escravo;
- ff) descumprimento das obrigações referentes aos Princípios do Equador;
- gg) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.2 desta Escritura; e
- hh) o descumprimento, por qualquer Acionista, pela MESA, pela Emissora e/ou pela Odebrecht S.A., de qualquer de suas obrigações constantes do Acordo de Acionistas para Capitalização (conforme definido no item 4.6.4), nos prazos referidos no respectivo instrumento.

5.2. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada, ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em 5 (cinco) dias úteis. O descumprimento desse



dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado na data da ciência.

- 5.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (f), (g), (s), (cc) e (hh) da Cláusula 5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.
- 5.4. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles indicados na Cláusula 5.3 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.5. Nas Assembleias Gerais de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula IX desta Escritura de Emissão e com quorum qualificado de instalação correspondente a, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação em primeira convocação e a maioria das Debêntures em circulação em segunda convocação, os titulares das Debêntures que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures presentes nas Assembleias Gerais de Debenturistas em questão, poderão declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o pagamento do que for devido.
- 5.6. Nas hipóteses: (i) de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4 acima por falta de quorum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.5 acima relativo à declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão por deliberação de titulares das Debêntures que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures presentes, seja em primeira ou em segunda convocação, ou, ainda, caso os trabalhos na Assembleias Gerais de Debenturistas em questão sejam suspensas para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não terá a faculdade de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, não obstante a possibilidade de os Debenturistas convocarem novas Assembleias Gerais de Debenturistas com o mesmo objeto caso os Eventos de Inadimplemento referidos na cláusula 5.4 perdurem..
- 5.7. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a efetuar o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula X desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o



fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

CLÁUSULA VI

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

- 6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir, conforme aplicável, as disposições abaixo:
- a) não distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, a não ser que em conformidade com o disposto na Escritura de Emissão, ressalvados a distribuição e o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios;
 - b) não contratar mútuos com a MESA ou seus acionistas e com empresas integrantes do grupo da MESA ou de seus acionistas, exceto se subordinados às obrigações desta Escritura de Emissão e com data de vencimento posterior às Datas de Vencimento, em relação aos quais não será necessária a anuência prévia dos Debenturistas;
 - c) não efetuar qualquer pagamento de mútuo à MESA;
 - d) não contratar mútuos com terceiros, exceto pela celebração do Contrato de Financiamento Direto Suplementar e do Contrato de Repasse Suplementar, pelo previsto na alínea (b) acima, ou emitir novas debêntures ou notas promissórias, exceto pelo previsto na alínea (j) da Cláusula 5.1 acima;
 - e) aplicar os recursos recebidos em razão da Emissão unicamente de acordo com os termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
 - f) manter as Debêntures com, no mínimo, o mesmo grau de senioridade dos Contratos de Financiamento;
 - g) obter e manter em vigor, até o integral pagamento das Debêntures, todas as autorizações relevantes para o pleno funcionamento do Projeto;
 - h) manter todos os seus ativos relevantes em boas condições e aptos para o uso a que se destinam até o término de sua vida útil;
 - i) manter sistemas informativos e contábeis apropriados para o desenvolvimento do Projeto;
 - j) permitir inspeção das obras do Projeto e do Projeto por parte de representantes do Agente Fiduciário, observados os procedimentos e os prazos a serem definidos de comum acordo entre as Partes;
 - k) apresentar ao Agente Fiduciário, (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras completas e devidamente auditadas por empresa de auditoria reconhecida internacionalmente e



cadastrada na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; e (ii) dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados do término de cada trimestre, ou na data de sua efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras da Emissora consolidadas e auditadas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas de relatório consolidado da memória de cálculo, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices Financeiros;

- l) na mesma data de apresentação das demonstrações financeiras completas devidamente auditada da Emissora, declaração de representante legal da Emissora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e a não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado;
- m) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação e regulamentação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- n) não constituir garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, salvo (i) mediante autorização prévia, expressa e por escrito dos Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo; (ii) as garantias outorgadas ao BNDES, aos Agentes Repassadores, ao FNO e ao FI-FGTS, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias, dos Contratos de Financiamento e dos Contratos do Projeto; (iii) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia e ao compartilhamento das Garantias com as Futuras Debêntures; (iv) as garantias relativas aos negócios de gestão ordinária da Emissora, desde que diversas daquelas garantias previstas nos Contratos de Garantia. Não obstante o aqui disposto, a Emissora deverá informar, por escrito, o Agente Fiduciário caso venha prestar qualquer garantia relativa aos negócios de sua gestão ordinária, nos termos previstos nesta alínea, cujo valor seja superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de constituição da referida garantia;
- o) manter vigentes as apólices de seguro, compatíveis com os padrões de mercado, para a cobertura do Projeto;
- p) encaminhar trimestralmente ao Agente Fiduciário Quadro de Usos e Fontes atualizado do Projeto, destacando qualquer ocorrência que acarrete um Impacto Adverso Relevante;
- q) manter-se adimplente com relação a todos os Contratos do Projeto, bem como com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes do desenvolvimento do Projeto, observados os prazos de cura aplicáveis;
- r) encaminhar quaisquer notificações de órgãos públicos referentes a aspectos que impliquem em um Impacto Adverso Relevante no Projeto em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis após o recebimento, e as respectivas respostas, em 5 (cinco) dias úteis do encaminhamento;



UHE SANTO ANTONIO

11.01.17

- s) solicitar aprovação dos Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, para qualquer modificação ou mudança dos Contratos do Projeto que impliquem em um aumento de exposição da Emissora a riscos relacionados à implementação do Projeto não cobertos pelos Contratos de Garantia, exceto pela possibilidade de aditamento aos Contratos do Projeto e Contratos de Financiamento, a fim de promover a ampliação da UHE Santo Antonio com a adição de 6 (seis) unidades geradoras;
- t) fazer com que o Agente Fiduciário receba, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, cópia de qualquer notificação de inadimplemento dos Contratos do Projeto;
- u) solicitar aprovação, pelos Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, para rescisão dos Contratos do Projeto;
- v) informar ao Agente Fiduciário qualquer alteração relevante do Contrato de EPC, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a sua realização;
- w) encaminhar para o Agente Fiduciário, sempre que solicitado, em prazo razoável, cópia de todos os documentos relevantes por eles solicitados em relação ao Projeto, inclusive relatórios de progresso do Projeto, certificados e medições relativas ao Contrato de EPC;
- x) na hipótese de qualquer Contrato do Projeto ser repudiado, total ou parcialmente, por qualquer parte, ou a legalidade ou exequibilidade de qualquer de suas disposições relevantes ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal repúdio ou questionamento judicial possa provocar um Impacto Adverso Relevante, a Emissora deverá informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias úteis contados da sua ocorrência;
- y) informar ao Agente Fiduciário, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do encerramento de cada trimestre, qualquer alteração da composição societária da MESA e de todos os Acionistas da qual tiver ciência;
- z) informar e enviar ao Agente Fiduciário todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual do Agente Fiduciário, inclusive organograma societário da Emissora, conforme previsto na Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias contados da solicitação pelo Agente Fiduciário. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- aa) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
 - a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;



- b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) dia útil ao intermediário líder da Oferta Restrita e o Agente Fiduciário; e
- g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- bb) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas (c) e (f) acima do subitem "aa" acima; e (ii) documentos e informações exigidos por esta entidade no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido;
- cc) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- dd) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- ee) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- ff) atender de forma adequada os Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente na forma da lei;
- gg) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- hh) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário;
- ii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;



- 11.01.13
- jj) contratar e manter contratados, às suas expensas, o Banco Mandatário e Agente Escriturador, a CETIP, o Agente Fiduciário e outros prestadores de serviços que se façam necessários, bem como a tomar todas e quaisquer providências para a manutenção das Debêntures;
- kk) manter o Projeto enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial neste sentido;
- ll) cumprir e se manter em conformidade com todas as obrigações socioambientais a que está sujeita por força da legislação socioambiental vigente e, a critério razoável dos Debenturistas, com os padrões definidos pelos Princípios do Equador, disponíveis no site www.equator-principles.com/documents/Equator_Principles.pdf, cujos parâmetros são também definidos pelos Padrões de Desempenho e pelas diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança disponíveis no site <http://www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/Content/EnvSocStandards>;
- mm) adotar, conforme a legislação brasileira, de medidas e ações destinadas a evitar, mitigar ou corrigir danos socioambientais, à segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de implantação da UHE Santo Antonio;
- nn) cumprir as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do projeto de implantação da UHE Santo Antonio e manutenção, em situação regular, de suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;
- oo) entregar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis, cópia de todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças, etc.) relacionados ao Projeto, sempre que disponibilizado aos agentes repassadores do Contrato de Repasse;
- pp) notificar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- qq) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de liquidação financeira da Emissão, toda a documentação relativa à Oferta Restrita, e apresentá-la aos Coordenadores ou à autoridade demandante no prazo de até 5 (cinco) dias úteis ou em tempo hábil suficiente para o cumprimento de prazo estipulado por ordem judicial, administrativa ou arbitral, sempre que assim solicitado;
- rr) pagar diretamente ou reembolsar Agente Fiduciário pelas despesas de viagem incorridas em função da inspeção do Projeto mencionadas na alínea "j", desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e comprovadas pelo Agente Fiduciário;
- ss) comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis, a ocorrência de qualquer aditamento ao acordo de acionistas da MESA, celebrado em 14 de novembro de 2007 por seus acionistas; e



- tt) manter recursos suficientes nas Contas-Reserva, conforme montantes mínimos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária, após o Período de Carência, até a Data de Vencimento das Debêntures.

CLÁUSULA VII DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. A Emissora e a MESA, conforme aplicável, neste ato, declaram e garantem que:

- a) são sociedades por ações validamente constituídas, em conformidade com a legislação brasileira, e possuem plena capacidade para o desenvolvimento de seus respectivos objetos sociais e para exercerem os direitos e assumirem as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;
- b) 100% (cem por cento) do capital social da Emissora pertencem à MESA, e referidas ações não estão sujeitas a qualquer gravame, excetuados (i) aqueles que serão celebrados no âmbito dos Contratos de Garantia; (ii) os contratos atualmente celebrados pela Emissora que os Contratos de Garantia deverão suceder; e (iii) os contratos e ônus previstos nesta Escritura de Emissão;
- c) estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura de Emissão, a formalizar os Contratos de Garantia e cumprir as obrigações previstas nesses documentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto;
- d) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão, inclusive os Contratos de Garantia, constituem, e cada um dos documentos a serem entregues nos termos desta Escritura de Emissão constituirão obrigação legal, válida, vinculante e exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não se encontra subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- e) a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e a Emissão das Debêntures foram devidamente autorizados pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seus documentos constitutivos e societários;
- f) a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e a Emissão das Debêntures não infringem qualquer (1) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades; (2) contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; ou (3) obrigação anteriormente assumida pela Emissora, nem irão resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;



- g) não omitiu ou omitirá, nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- h) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora e da MESA nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora e da MESA referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora e da MESA, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora e para MESA, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora e não houve declaração ou pagamento, pela Emissora, de dividendo ou distribuição de qualquer natureza relativa a qualquer espécie de ação de seu capital social;
- i) exceto conforme relacionados no Anexo II, a Emissora e a MESA não têm conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, inclusive sem limitação, de natureza ambiental, envolvendo ou que possa afetar a Emissora e/ou a MESA perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes ao Projeto que possam causar um Impacto Adverso Relevante;
- j) encontram-se adimplentes no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, referentes ao Projeto;
- k) não há qualquer mútuo entre a Emissora e MESA e seus Acionistas;
- l) a Emissora não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- m) observam a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, zelando sempre para que (i) a Emissora e a MESA não utilizem, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores da Emissora e da MESA estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) a Emissora e a MESA cumpram as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) a Emissora e a MESA cumpram a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; (v) a Emissora e a MESA detenham todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; (vi) a Emissora e a MESA tenham todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;



- n) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora e da MESA de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (i) pelo registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, (ii) pelo arquivamento, na JUCESP, e pela publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das atas dos atos societários da Emissora que aprovaram a Emissão e a Oferta Restrita; (iii) pela inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCESP; e (iv) celebração e registro dos Contratos de Garantia, nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- o) as informações prestadas no âmbito da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora e da MESA, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
- p) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- q) cumprem, em conformidade com todas as obrigações socioambientais a que estão sujeitas por força da legislação socioambiental vigente e, a critério razoável dos Coordenadores, com os padrões definidos pelos Princípios do Equador, disponíveis no site www.equator-principles.com/documents/Equator_Principles.pdf, cujos parâmetros são também definidos pelos Padrões de Desempenho e pelas diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança disponíveis no site <http://www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/Content/EnvSocStandards>;
- r) cumprem as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do Projeto e estão em situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente; e
- s) o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário nos termos da Portaria nº 558 do Ministério de Minas e Energia datada de 03 de outubro de 2012.

CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Do Agente Fiduciário

- 8.1.1. Nomeação. A Emissora neste ato constitui e nomeia a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a



nomeação para, nos termos da Lei e desta Escritura de Emissão, representar o debenturista perante a Emissora.

8.1.2. Declaração. O Agente Fiduciário declara, sob as penas da lei:

- a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitas as autorizações societárias necessários para tanto;
- g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- h) ser instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- i) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- j) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- k) a verificação pelo Agente Fiduciário a respeito da veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, se deu por meio das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

8.1.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam



integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.3 abaixo.

8.2. Remuneração do Agente Fiduciário

- 8.2.1. Será devida, pela Emissora, ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração anual equivalente a R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.
- 8.2.2. As parcelas citadas na Cláusula 8.2.1. supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.
- 8.2.3. As parcelas citadas na Cláusula 8.2.1 acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 8.2.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 8.2.5. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

8.3. Substituição

- 8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.6 abaixo.



[illegible]

- RE

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição de Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas Trabalhistas, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- i) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - j.1) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - j.2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;



- j.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- j.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- j.5) resgate, amortização, e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- j.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;
- j.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- j.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- j.9) pagamentos de Remuneração realizados no período;
- j.10) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e
- j.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- j) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “j” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- k.1) na sede da Emissora;
- k.2) na sede do Agente Fiduciário;
- k.3) na CVM;
- k.4.) na CETIP; e
- k.5.) no endereço das instituições financeiras que atuaram como Coordenadores na colocação das Debêntures.
- k) publicar, nos termos do da Cláusula 4.11 acima e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea “j” acima se encontra à disposição nos locais indicados na alínea “k” acima;



- l) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- m) coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- n) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- o) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada aos Contratos de Garantia e tomar qualquer decisão no âmbito dos Contratos de Garantia de acordo com as orientações expressas e escritas dos Debenturistas;
- p) solicitar, quando considerar necessário e às expensas da Emissora, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de justificativa que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;
- r) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento;
- s) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado, após verificar sua conformidade com os termos desta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser calculado pela Emissora, em sua central de atendimento e/ou em seu *website* (www.pentagonotrustee.com.br); e
- t) convocar, quando necessário, assembleia geral de debenturistas, comparecendo na data da sua efetiva ocorrência para prestar as informações que lhe forem solicitadas.

8.5. Despesas

- 8.5.1. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens, alimentação e estadias, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Debenturista.



- 8.5.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante do Debenturista. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência do Debenturista em ações judiciais serão suportadas pelo Debenturista, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento ao Debenturista para cobertura da referida sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.
- 8.5.3. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 8.5.1 e 8.5.2 acima, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas previamente e/ou reembolsadas pela Emissora caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.
- 8.5.4. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 8.5.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, conforme expressamente disposto nas Cláusulas acima.

8.6 Atribuições Específicas

- 8.6.1. Observadas as disposições da presente Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:
- a) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto na Cláusula V acima;
 - b) requerer a falência da Emissora;
 - c) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
 - d) tomar todas as providências necessárias para exercício de seus direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito dos Contratos de Garantia; e
 - e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.
- 8.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (a) a (c) da Cláusula 8.6.1 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das



Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 8.5.1 acima.

- 8.6.3. Na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviço de agente fiduciário na seguinte emissão: (i) 1ª (primeira) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em seis séries, da espécie quirografária da MESA, com vencimento em 30 de setembro de 2012 para as debêntures das 1ª e 2ª séries, em 30 de dezembro de 2012 para as debêntures das 3ª e 4ª séries e 30 de setembro de 2013 para as debêntures das 5ª e 6ª séries, em que foram emitidas 259.455 (duzentas e cinquenta e nove mil, quatrocentas e cinquenta e cinco) debêntures da 1ª série, 259.454 (duzentas e cinquenta e nove mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) debêntures da 2ª série, 231.091 (duzentas e trinta e uma mil e noventa e uma) debêntures da 3ª série, 231.091 (duzentas e trinta e uma mil e noventa e uma) debêntures da 4ª série, 259.455 (duzentas e cinquenta e nove mil, quatrocentas e cinquenta e cinco) debêntures da 5ª série e 259.454 (duzentas e cinquenta e nove mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) debêntures da 6ª série, totalizando 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) debêntures no valor de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), na respectiva data de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da MESA são garantidas (a) pelo compromisso de capitalização da MESA, nos termos do acordo de acionistas e procedimentos de capitalização da MESA e outras avenças; e (b) cessão fiduciária dos direitos relativos aos valores recebidos da integralização das debêntures, bem como seu rendimentos, bem como por cessão fiduciária dos direitos creditórios constantes de contas vinculadas, nas quais são creditados os valores devidos pela MESA aos seus acionistas, em razão da distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, relativos às ações que os respectivos acionistas detêm no capital social da MESA e a quaisquer outras ações que vierem a deter no futuro no capital social da MESA, uma vez livres e desonerados do penhor de ações relacionado aos Contratos de Financiamento; e (ii) debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, da 1ª emissão privada da Emissora, com vencimento em 300 meses contados da data de emissão das debêntures da 1ª série e em 300 meses contados da data de emissão das debêntures da 2ª série, tendo sido foram emitidas 760.060 (setecentas e sessenta mil e sessenta) debêntures da 1ª série e 760.060 (setecentas e sessenta mil e sessenta) debêntures da 2ª série, totalizando 1.520.120 (um milhão, quinhentas e vinte mil, cento e vinte) debêntures no valor de R\$ 1.520.120.000,00 (um bilhão, quinhentos e vinte milhões, cento e vinte mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures eram também garantidas pelo penhor de ações de emissão da Emissora, conforme disposto no Contrato de Penhor, pela cessão fiduciária de direitos prevista no Contrato de Cessão Fiduciária e pelo suporte de recursos previsto no Contrato de Suporte e no Contrato de Suporte para Insuficiências.
- 8.6.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à



Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

- 8.6.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturista.

CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas"), a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 8.4.1.(u) desta Escritura de Emissão.
- 9.2. Convocação
- 9.2.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), ou pela CVM.
- 9.2.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos jornais indicados na Cláusula 4.11 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.2.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.
- 9.2.4. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.
- 9.2.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.3.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.



9.3. Quorum de Instalação

- 9.3.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.
- 9.3.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, pela MESA e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

9.4. Mesa Diretora

- 9.4.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.5. Quorum de Deliberação

- 9.5.1. Salvo disposto de outra forma nesta Escritura de Emissão, nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.5.2 abaixo, qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação quando em primeira convocação, ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures presentes quando em segunda convocação.
- 9.5.2. Salvo disposto de outra forma nesta Escritura de Emissão, (a) as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, que impliquem em alteração: (i) da Remuneração, (ii) das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (iii) da Data de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento; (vi) da alteração dos *quora* de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, (vii) das disposições desta cláusula, (viii) das Garantias, (ix) criação de evento de repactuação, (x) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; amortizações antecipadas facultativas ou oferta facultativa de resgate antecipado, e/ou (xi) da espécie das Debêntures; e (b) eventual Assembleia Geral de Debenturistas convocada pelos Debenturistas com o fim de anuir com a não declaração de vencimento antecipado automático das Debentures, previamente ao eventual descumprimento das hipóteses estabelecidas no item 5.3 acima, dependerão da aprovação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.



[Handwritten signature]

- 9.5.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas poderão discutir e deliberar sem a presença destes, caso desejarem.
- 9.5.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.5.5. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA X

DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.3. Irrevogabilidade

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

10.4. Independência das Disposições da Escritura de Emissão

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Título Executivo Extrajudicial

Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força desta Escritura de Emissão poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, item II, do Código de Processo Civil.



10.6. Comunicações

10.6.1. As comunicações a serem enviadas para a Emissora, para o Agente Fiduciário ou a MESA nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora

Santo Antônio Energia S.A.

Endereço: Avenida das Nações Unidas, nº 4777, 6º andar, sala 1

CEP: 05477-000 – São Paulo/SP

Fax: (11) 3702-2288

At.: Luiz Pereira de Araujo Filho

E-mail: lpereira@santoantonioenergia.com.br

Para o Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4200 - bl. 04 (Ed. Buenos Aires)

Sala 514 – Barra da Tijuca

CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro/RJ

Tel: (21) 3885-4565

Fax: (21) 3385-4046

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srtª. Nathalia

Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br /

juridico@pentagonotrustee.com.br

Para MESA

Madeira Energia S.A. – MESA

Endereço: Avenida das Nações Unidas, nº 4777, 6º andar, sala 2

CEP: 05477-000 – São Paulo/SP

Fax: (11) 3702-2288

At.: Luiz Pereira de Araujo Filho

E-mail: lpereira@santoantonioenergia.com.br

10.6.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.6.3. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

10.7. Lei Aplicável

Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Eleição de Foro

10.8.1. Para a solução de todas as controvérsias decorrentes desta Escritura de Emissão, que não possam ser resolvidas amistosamente no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da



notificação da parte reclamante a parte reclamada, fica eleito o foro da Seção Judiciária de São Paulo, Estado de São Paulo.

10.8.2. Os títulos das Cláusulas e itens desta Escritura de Emissão são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes e a MESA firmam esta Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 27 de dezembro de 2012.

[restante da página deixado intencionalmente em branco]

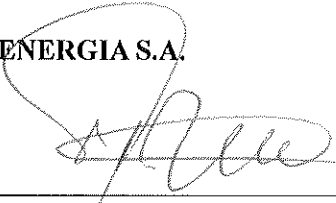


Página de Assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantias Real e Fidejussória e Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Santo Antônio Energia S.A., celebrada entre Santo Antônio Energia S.A., como Emissora, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como Agente Fiduciário e Representante do Debenturista, e, ainda, Madeira Energia S.A. - MESA, como Interviente Anuente.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.



Nome: **Luiz Pereira de Araújo Filho**
RG: **Diretor Financeiro**

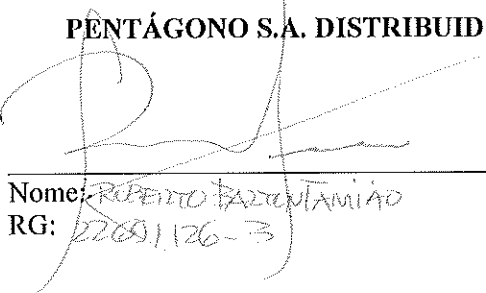


Nome: **Carlos Hugo A. de Araújo**
RG: **Diretor de Sustentabilidade**



Página de Assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantias Real e Fidejussória e Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Santo Antônio Energia S.A., celebrada entre Santo Antônio Energia S.A., como Emissora, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como Agente Fiduciário e Representante do Debenturista, e, ainda, Madeira Energia S.A. - MESA, como Interveniente Anuente.

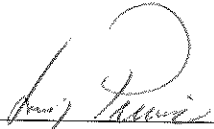
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

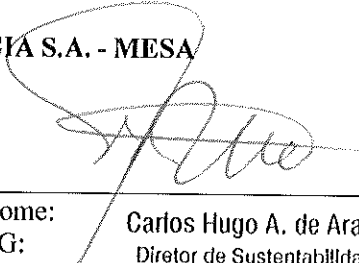

Nome: ROBERTO BAZANTAMIAO
RG: 22691126-3




Página de Assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantias Real e Fidejussória e Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Santo Antônio Energia S.A., celebrada entre Santo Antônio Energia S.A., como Emissora, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como Agente Fiduciário e Representante do Debenturista, e, ainda, Madeira Energia S.A. - MESA, como Interveniente Anuente.


MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA


Nome: **Luiz Pereira de Araújo Filho**
RG: **Diretor Financeiro**


Nome: **Carlos Hugo A. de Araújo**
RG: **Diretor de Sustentabilidade**

TESTEMUNHAS:


Nome: **Marília Tones Ennomas Destro**
RG: **34.317.354-2**


Nome: **Camilla Oliveira R. Jantar**
RG: **34.969.102-2**



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL E FIDEJUSSÓRIA E GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A., CELEBRADA ENTRE SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. E PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ANEXO I
TERMOS DEFINIDOS

1. “Acionistas” significa Andrade Gutierrez Participações S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, Furnas Centrais Elétricas S.A. e Odebrecht Energia do Brasil S.A.;
2. “Acordo de Acionistas para Capitalização” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.6.4 desta Escritura de Emissão;
3. “AGE” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula I desta Escritura de Emissão;
4. “Agente Escriturador” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão;
5. “Agente Fiduciário” significa a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;
6. “Agentes Repassadores” significa o Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., o Banco Itaú BBA S.A., Banco do Nordeste Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento e Banco da Amazônia S.A., em conjunto;
7. “ANBIMA” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.3 desta Escritura de Emissão;
8. “ANEEL” significa a Agência Nacional de Energia Elétrica;
9. “Assembleia Geral de Debenturistas” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 9.1 desta Escritura de Emissão;
10. “Atualização Monetária” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.1 desta Escritura de Emissão;
11. “Banco Mandatário” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão;
12. “BB-BI” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.1 desta Escritura de Emissão;
13. “BESI” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.1 desta Escritura de Emissão;
14. “BNDES” significa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;



15. “Bradesco BBI” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.1 desta Escritura de Emissão;
16. “CCEAR” significa os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado;
17. “CCREC” tem o significado atribuído a tal termo na alínea “b” da Cláusula 4.6.1 desta Escritura de Emissão
18. “CCVE” tem o significado atribuído a tal termo na alínea “b” da Cláusula 4.6.1 desta Escritura de Emissão;
19. “CEF” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.1 desta Escritura de Emissão;
20. “CETIP” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.4.1 desta Escritura de Emissão;
21. “Código de Processo Civil” tem o significado atribuído a tal termo na alínea “d” da Cláusula 7.1 desta Escritura de Emissão;
22. “Concessão” significa a concessão para exploração do potencial hidráulico da UHE Santo Antônio, objeto do Contrato de Concessão;
23. “Conta Centralizadora” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil SA, sob o nº 2527-5, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
24. “Conta Reserva do Serviço da Dívida 1” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil SA, sob o nº 2530-5, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
25. “Conta Reserva do Serviço da Dívida 2” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil SA, sob o nº 6180-8, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
26. “Conta Reserva de O&M” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil SA, sob o nº 2529-1, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
27. “Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 1” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil SA, sob o nº 2531-3, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
28. “Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 2” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil SA, sob o nº 6181-6, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
29. “Contas-Reserva” significa uma referência conjunta das seguintes contas: (i) Conta Centralizadora, (ii) Conta Reserva do Serviço da Dívida 1, (iii) Conta Reserva do Serviço da Dívida 2, (iv) Conta Reserva de O&M, (v) Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 1, e (vi) Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 2;



[illegible]

- 2

41. “Contrato de Financiamento Direto Suplementar” significa o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, a ser celebrado entre a Emissora e o BNDES, no valor de R\$995.000.000,00 (novecentos e noventa e cinco milhões de reais);
42. “Contrato de Financiamento FNO” significa o Contrato de Financiamento com Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, celebrado entre a Emissora e o Banco da Amazônia S.A., na qualidade de agente financeiro do FNO, com interveniência de terceiros, em 11 de março 2009, conforme aditado;
43. “Contrato de O&M” significa o “Contrato de Prestação de Serviços de Operação & Manutenção da UHE Santo Antônio”, celebrado entre a Emissora e Furnas Centrais Elétricas S.A. em 06 de dezembro de 2010;
44. “Contrato de Penhor” significa o “Contrato de Penhor da Totalidade das Ações de Emissão da Santo Antônio Energia S.A. e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a MESA, o BNDES, os Agentes Repassadores, o Banco da Amazônia S.A., atuando na qualidade de agente financeiro do FNO, os Acionistas, o Agente Fiduciário, o FI-FGTS e, como interveniente-anuente, a Emissora;
45. “Contrato de Repasse” significa o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES nº 01/2009, celebrado entre a Emissora e os Agentes Repassadores, com interveniência de terceiros, em 11 de março de 2009, conforme aditado;
46. “Contrato de Repasse Suplementar” significa o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a ser celebrado entre a Emissora e, na qualidade de agentes repassadores, o Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., o Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento, no valor de R\$995.000.000,00 (novecentos e noventa e cinco milhões de reais);
47. “Contrato de Suporte” significa o “Contrato de Suporte de Acionistas e Outras Avenças”, a ser celebrado pelos Acionistas, pela MESA, pela Emissora, pela Odebrecht S.A., pelo BNDES, pelos Agentes Repassadores, pelo Banco da Amazônia S.A., atuando na qualidade de agente financeiro do FNO e pelo FI-FGTS;
48. “Contrato de Suporte para Insuficiências” significa o “Contrato de Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiências e Outras Avenças”, a ser celebrado pelos Acionistas, por MESA, pela Emissora, pela Odebrecht S.A., pelo BNDES, pelos Agentes Repassadores, pelo Banco da Amazônia S.A., atuando na qualidade de agente financeiro do FNO, pelo Agente Fiduciário e pelo FI-FGTS;
49. “Contratos de Financiamento” significa (i) o Contrato de Repasse; (ii) o Contrato de Financiamento Direto; (iii) o Contrato de Financiamento FNO; (iv) a Escritura da 1ª Emissão de Debêntures; (v) o Contrato de Financiamento Direto Suplementar; e (vi) o Contrato de Repasse Suplementar;
50. “Contratos de Garantia” significa o Contrato de Penhor, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Suporte, o Contrato de Suporte para Insuficiências e o Contrato de Fiança;



51. “Contratos do Projeto” significa os Contratos de Financiamento, o Contrato de EPC, Contrato de O&M, o Contrato de Concessão e os Contratos de Engenharia do Proprietário, celebrados, um deles, com a Engevix Engenharia S.A. e, o outro, com FURNAS;
52. “Coordenador Líder” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.1 desta Escritura de Emissão;
53. “Coordenadores” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.1 desta Escritura de Emissão;
54. “CVM” significa a Comissão de Valores Mobiliários;
55. “Data de Emissão” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.1.7 desta Escritura de Emissão;
56. “Data de Integralização” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.1.8 desta Escritura de Emissão;
57. “Data de Vencimento” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.1.9 desta Escritura de Emissão;
58. “Data de Pagamento de Juros Remuneratórios” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.4.1 desta Escritura de Emissão;
59. “Debênture” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula II desta Escritura de Emissão;
60. “Debenturistas” significa os titulares das Debêntures da presente Emissão;
61. “Decreto 7.603” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.5.1 desta Escritura de Emissão;
62. “DOESP” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.1 desta Escritura de Emissão;
63. “Emissão” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula II desta Escritura de Emissão;
64. “Emissora” significa a Santo Antônio Energia S.A.;
65. “Escritura de Emissão” significa o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantias Real e Fidejussória e Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Santo Antônio Energia S.A., celebrada entre Santo Antônio Energia S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e, na qualidade de interveniente anuente, Madeira Energia S.A. – MESA;
66. “Escritura da 1ª Emissão de Debêntures” significa a Escritura Particular da 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie



com Garantia Real e com Garantias Adicionais, da Companhia, datada de 12 de setembro de 2012;

67. “Evento de Inadimplemento” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
68. “Fiança” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.6.2 desta Escritura de Emissão;
69. “FNO” significa o FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte;
70. “Futuras Debêntures” tem o significado atribuído a tal termo no subitem (k) da Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
71. “Garantias” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.6 desta Escritura de Emissão;
72. “Garantias de Execução” tem o significado atribuído a tal termo no subitem (b) da Cláusula 4.6.1 desta Escritura de Emissão;
73. “IBGE” significa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
74. “ICSD” significa o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida e é calculado conforme o Anexo III desta Escritura de Emissão;
75. “ICSD Mínimo” tem o significado atribuído a tal termo no subitem (j), da alínea “ii” da Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
76. “Impacto Adverso Relevante” tem o significado atribuído a tal termo no subitem (y) da Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
77. “Índices Financeiros” tem o significado atribuído a tal termo no subitem (j) da Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
78. “Instrução CVM 28” significa a Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada;
79. “Instrução CVM 358” tem o significado atribuído a tal termo na alínea “e” do subitem “aa” da Cláusula 6.1 desta Escritura de Emissão;
80. “Instrução CVM 476” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula II desta Escritura de Emissão;
81. “Investidores Qualificados” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.5 desta Escritura de Emissão;
82. “IPCA” significa Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE;
83. “JUCESP” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.1 desta Escritura de Emissão;



84. “Juros Remuneratórios” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.2 desta Escritura de Emissão;
85. “Lei 12.431” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.5.1 desta Escritura de Emissão;
86. “Lei das Sociedades por Ações” significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
87. “MESA” significa a Madeira Energia S.A. – MESA;
88. “Oferta Restrita” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula II desta Escritura de Emissão;
89. “Período de Ausência do IPCA” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.1.1 desta Escritura de Emissão;
90. “Período de Carência” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.3.1 desta Escritura de Emissão;
91. “Projeto” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.1 desta Escritura de Emissão;
92. “Quadro de Usos e Fontes” significa os investimentos (usos) e recursos (fontes) necessários para a implementação do Projeto, a ser colocado à disposição do Agente Fiduciário trimestralmente;
93. “Remuneração” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.2 desta Escritura de Emissão;
94. “Resolução CMN 3947” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.5.1 desta Escritura de Emissão;
95. “Santander” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.1 desta Escritura de Emissão;
96. “SDT” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.4.1 desta Escritura de Emissão;
97. “SND” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.4.1 desta Escritura de Emissão;
98. “Taxa Substitutiva” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.1.1 desta Escritura de Emissão;
99. “UHE Santo Antônio” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.1 desta Escritura de Emissão;
100. “Valor Nominal Unitário” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.1.1 desta Escritura de Emissão; e



101. “Valor Nominal Unitário Atualizado” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.1 desta Escritura de Emissão.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL E FIDEJUSSÓRIA E GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A., CELEBRADA ENTRE SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. E PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ANEXO II
RELAÇÃO DAS AÇÕES/PROCESSOS

Ações Cíveis/Ambientais:

- Ação Civil Pública nº. 0014433 -03.2012.08.22.0001 em curso na 2ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, proposta pelo Ministério Público do Estado de Rondônia (valor da causa: R\$50.000,00);
- Ação Civil Pública, n.º 2009.41.00.003928-2 em curso na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, proposta por proposta pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de Rondônia (valor da causa: R\$1.000,00);
- Ação Civil Pública, n.º 0011915-17.2011.4.01.4100 em curso na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, proposta por proposta pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de Rondônia (valor da causa: R\$1.000,00);
- Ação Civil Pública, n.º 6888-19.202.4.01.4100 em curso na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, proposta por proposta pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de Rondônia, requerendo a manutenção da cota máxima no reservatório da UHE em 70,5m;
- A coletividade das ações de indenização propostas por pescadores do Rio Madeira em face da SAESA, cujo somatório do valor das causas atualizado até agosto/2012 baseado em 98 ações relatadas alcança R\$290.930.758,00;
- Ação Civil Pública nº 0018924-87.2011.8.22.0001 movida pelo Sindicato do Pescadores, em curso na 3ª Vara Cível do Estado de Rondônia;
- A coletividade das ações de indenização/cautelares inominadas propostas por Ribeirinhos do Rio Madeira em razão de supostos desbarrancamentos que teriam sido causados pela UHE Santo Antônio, cujo relatório indica a existência de pelo menos 63 processos com potencial combinado de perdas para a Emissora superior ao valor de corte considerado de R\$50.000.000,00; e
- A Ação Direta de Inconstitucionalidade que discute a constitucionalidade de lei estadual que conferiu isenção de que se beneficiou a Emissora em relação ao diferencial de alíquota de ICMS devido ao Estado de Rondônia, com potencial de perdas para a Emissora superior ao valor de corte considerado de R\$50.000.000,00.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL E FIDEJUSSÓRIA E GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A., CELEBRADA ENTRE SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. E PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ANEXO III
ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras da Emissora, em determinado período de verificação, a saber:

A) Geração de caixa da atividade

- (+) EBITDA
- (-) Imposto de Renda
- (-) Contribuição Social

B) Serviço da Dívida

- (+) Amortização de Principal
- (+) Pagamento de Juros

$$C = \text{ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA} = (A) / (B)$$

O EBITDA corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+) Lucro Líquido;
- (+) Despesa (receita) financeira líquida;
- (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais;
- (+) Depreciações e amortizações;
- (+) Outras despesas (receitas) líquidas não operacionais; e,
- (+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.

